



SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA

# **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Procedimento n.º 1216/CP/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PELO  
PERÍODO DE 12 MESES**

**(Concurso Público)**



## **CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

### **ARTIGO 1.º**

#### **Identificação e Objeto do Concurso**

1. O presente procedimento de formação de contrato com a referência 1216/CP/2025, tem por objeto aquisição de serviços de higiene e limpeza nas instalações do Supremo Tribunal de Justiça, ao abrigo do CPV **90910000-9 Serviços de Limpeza;**
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

### **ARTIGO 2.º**

#### **Entidade Pública Adjudicante**

A entidade Pública Adjudicante é o SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, pessoa coletiva 600 019 039, sita na Praça do Comércio, S/N, 1149-012 Lisboa e endereço de correio eletrónico [dsaf@stj.pt](mailto:dsaf@stj.pt).

### **ARTIGO 3.º**

#### **Decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Senhora Administradora do Supremo Tribunal de Justiça, de 30/01/2025, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 10356/2024, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 169, de 02 de setembro.

## **CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **ARTIGO 4.º**

#### **Prazo para Apresentação das Propostas**

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível em:



<https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até às 23h59 do dia indicado na referida plataforma;

2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data indicada na plataforma;
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

## **ARTIGO 5.º**

### **Esclarecimentos e Retificações Sobre as Peças do Procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados pelo Júri, no uso de competências delegadas, devendo os interessados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica de contratação referida no n.º 1 do artigo 4.º;
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
3. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que respeitam e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **ARTIGO 6.º**

### **Erros e Omissões do Caderno de Encargos**

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do artigo 50º do CCP.

## **ARTIGO 7.º**

### **Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação referida no n.º 1 do artigo 4.º;
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma;
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta;
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

## **ARTIGO 8.º**

### **Visita às Instalações**

Durante o prazo de apresentação das propostas, os interessados têm a possibilidade de inspecionar o local de execução dos serviços, contactando para o efeito o júri do procedimento através do endereço indicado no número 1 da cláusula 4.º, e realizar os reconhecimentos indispensáveis e necessários à elaboração da proposta, não podendo ser oponíveis às entidades adjudicantes quaisquer características suscetíveis de identificação no âmbito da referida inspeção, salvo se ocorridas supervenientemente.

## **ARTIGO 9.º**

### **Documentos que Constituem a Proposta**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:



- a. Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme Anexo I ao presente programa o procedimento;
  - b. Declaração de preço contratual para cada instalação, anexo II do presente documento.
2. O preço da proposta é expresso em euros, com duas casas decimais, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável;
  3. As propostas devem indicar os preços/ hora por trabalhador;
  4. O preço global deve ser detalhado pelo correspondente preço mensal, no período compreendido entre 1 de abril de 2025 e 31 de março de 2026.
  5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;
  6. O prazo para apresentação das propostas é de 12 dias.

#### **ARTIGO 10.º**

##### **Apresentação de Propostas Variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **ARTIGO 11.º**

##### **Prazo Mínimo da Obrigação de Manutenção da Proposta**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção da proposta é de 120 dias.

### **CAPÍTULO III – ANÁLISE DE PROPOSTAS**

#### **ARTIGO 12.º**

### **Critério de Adjudicação**

1. A adjudicação será realizada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o preço o único aspeto da execução do contrato a celebrar;
2. Constitui motivo de exclusão da proposta, a não apresentação de preços para as duas instalações;
3. Constitui motivo de exclusão da proposta, a apresentação de preço superior ao preço base, do respetivo lote;
4. Em caso de empate na ordenação de propostas o desempate será efetuado através da realização de um sorteio, a decorrer nas instalações do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com a presença, caso assim o entendam, dos representantes legais dos concorrentes cujas propostas se encontrem empatadas, do qual será lavrada ata, assinada por todos os presentes;
5. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

### **ARTIGO 13.º**

#### **Leilão Eletrónico**

No âmbito do presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico.

### **ARTIGO 14.º**

#### **Relatório Preliminar de Análise das Propostas**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas;
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo



146.º do CCP.

### **ARTIGO 15.º**

#### **Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

### **ARTIGO 16.º**

#### **Relatório Final de Análise das Propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## **CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO**

### **ARTIGO 17.º**

#### **Notificação da Decisão de Adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

### **ARTIGO 18.º**

#### **Documentos de Habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;



- ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
2. O adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem;
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

## **CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

### **ARTIGO 19.º**

#### **Inscrição na Plataforma Eletrónica e Acesso às Peças**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>;



2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas;
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

## **ARTIGO 20.º**

### **Assinatura Eletrónica**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt));
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

## **ARTIGO 21.º**

### **Agrupamentos**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.

## **ANEXO I**

### **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**

Instruções para preenchimento:

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome/> e importado.

## ANEXO II

### Declaração do Preço Contratual

Deverá ser preenchida uma declaração, discriminando o valor por instalação, com a redação seguinte:

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar os serviços em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, pelo preço contratual \_\_\_\_\_EUR ( \_\_\_\_\_), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, de acordo com os preços unitários a seguir discriminados:

.....

.....

Data e Assinatura